PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. MESSIAS DONATO)

Altera o Código Penal e a Lei dos Crimes Hediondos para incluir o homicídio doloso contra a mãe como qualificadora específica e crime hediondo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.	121								
§ 2°									
X –	contra	а	própria	mãe,	sendo	0	crime		
praticado com dolo direto ou eventual."									

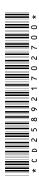
Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

"Art.	1° .							• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	•••••				
VIII	– o	hor	nicí	dio	dol	oso	СО	ntra	а	mãe	e, p	or	sua

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

condição materna."





CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete Deputado Messias Donato – REPUBLICANOS/ES

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por finalidade o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico penal, mediante a inclusão do homicídio doloso praticado contra a mãe do autor no rol das qualificadoras do crime de homicídio elevando a pena privativa de liberdade aplicável ao condenado, e na relação de crimes hediondos previstos na Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

O homicídio de ascendente direto, especialmente da própria mãe, caracteriza-se como uma das condutas de maior reprovação social, por violar não apenas o direito à vida, mas também os valores morais e afetivos que estruturam o núcleo familiar. O ordenamento jurídico já prevê qualificadoras para o crime de homicídio que o tornam hediondo, contudo, a presente proposta visa assegurar a aplicação da penalidade máxima nos casos em que a vítima for a mãe do agente, independentemente de outras circunstâncias qualificadoras.

A inclusão expressa dessa conduta como crime hediondo resulta em maior rigor no cumprimento da pena, vedando a concessão de benefícios penais como anistia, graça, indulto e progressão de regime nos termos da legislação vigente.

Diante da necessidade de conferir maior efetividade à repressão penal para crimes dessa natureza, conclamo o apoio dos nobres pares para a aprovação desta medida legislativa, que representa um avanço no combate à violência intrafamiliar e na proteção dos valores fundamentais da sociedade.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado MESSIAS DONATO



